

KELLER, S. B. A.; KELLER, R. J. A Ideologia da Crise e o Golpe de 2016: o envelhecer no contexto de ofensiva neoliberal sobre a Previdência Social. *In*:

TEIXEIRA, S. M.; PAIVA, S. de O. C.; SOARES, N. (orgs.).

Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas. Curitiba: CRV, 2019.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

<p>SERVIÇO SOCIAL E A LUTA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO PELO DIREITO À CIDADE EM PORTO ALEGRE/RS</p>

Juanita Natasha Garcia de Oliveira

Thaísa Teixeira Closs

O trabalho é fruto dos estudos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) do Brasil, e tem por objetivo discutir a experiência de militância e pesquisa junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Aborda o debate entre a interlocução das refrações da questão social expressas na luta pelo direito à cidade e apresenta enquanto cenário de pesquisa a Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (OPSM). Em termos teórico-metodológicos, o estudo é alicerçado nos pressupostos teóricos do método dialético-crítico, tendo como delineamento uma pesquisa qualitativa a partir da metodologia de história oral com militantes do MTST e moradores da referida ocupação, ancorando-se nas categorias cotidiano e direito à cidade a partir do pensamento de Henri Lefebvre (2001, 2008, 2019).

Visa identificar as condições, modos de vida e organização política dos sujeitos que residem nessa ocupação a partir da realidade que se expressa no cotidiano das relações sociais, a fim de desvendar um universo de estratégias de resistências que permeiam a luta de classes no cenário urbano.

No que tange aos resultados preliminares, se verifica que: a) as formas de mobilização e participação popular desenvolvidas na organização e atuação política do MTST, promovem a construção de estratégias coletivas de enfrentamento às desigualdades sociais presentes na luta de trabalhadores e trabalhadoras sem teto; b) a relevância do desenvolvimento de ações de cunho pedagógico voltados para uma formação político-crítica de militantes, ancorada nas contribuições de Henri Lefebvre quanto à produção do espaço e disputa da riqueza socialmente produzida que valoriza os saberes e experiências emergidas

do cotidiano; e c) a perspectiva de construção de uma sociabilidade pautada na coletivização das demandas sociais, cujos laços de solidariedade classista permitam vislumbrar um projeto societário radicalmente contrário ao modo de produção capitalista, trazendo unidade na luta de classes.

A partir das experiências de militância e pesquisa junto ao MTST, concluímos que é preciso fortalecer as estratégias de lutas travadas pelos movimentos sociais, apreendendo-as enquanto pressupostos que conferem renovação política às bases organizativas dos coletivos sociais, no horizonte da radicalidade democrática e da emancipação humana. Tais ações devem ganhar materialidade na participação e protagonismo dos sujeitos nos espaços de controle social, assim como nas organizações autônomas da classe trabalhadora, nos espaços de atuação profissional e nas associações comunitárias. Evidencia-se também a relevância da ampliação da produção científica de vertente crítica sobre os movimentos sociais, enfatizando as experiências e conquistas dos sujeitos coletivos, sobretudo no que tange à legitimidade de suas pautas e demandas.

Dessa maneira, destaca-se que a luta pelo direito à cidade supera a dimensão individual, reduzida ao poder monetário de compra, uma vez que a mesma está amplamente vinculada à luta anticapitalista, numa perspectiva de urbano implicada a responder necessidades sociais, permitindo assim, a realização da sociedade urbana.

Referências

CLOSS, T. T. **Fundamentos do serviço social**: um estudo através da produção da área. Curitiba: CRV, 2017.

DURIGUETTO, M. L. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro: 2001.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Minas Gerais: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana** Trad. Sérgio Martins. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA ÀS MEDIDAS DE
PROTEÇÃO: ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL EM PORTO ALEGRE

Micheli Viegas Bento
Tháisa Teixeira Closs

Este trabalho discute a trajetória das práticas de institucionalização infanto-juvenil no decorrer da história brasileira, do período colonial até a atualidade, com ênfase no cenário local da cidade de Porto Alegre/RS. A pesquisa que o origina teve como objetivo investigar a trajetória do atendimento a esse público, a fim de contribuir para as reflexões sobre o acolhimento institucional enquanto medida de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes na atualidade. Destaca-se a relevância desse estudo visto que o mesmo fomenta o conhecimento das concepções que orientaram as práticas sociais nessa área, subsidiando assim os fundamentos teóricos do Serviço Social, uma vez que discute um campo histórico de trabalho da profissão, ainda fortemente requisitado ao Serviço Social. Considerando a configuração da rede de proteção social em Porto Alegre, existe pelo menos um assistente social por unidade de abrigo ou por agrupamento de casa lar, totalizando, atualmente, aproximadamente oitenta e três serviços em funcionamento na capital. Ressalta-se também a originalidade do estudo, tendo em vista que na literatura especializada em história não foram encontradas produções com esse enfoque, abarcando a história dos diferentes períodos da institucionalização da infância na realidade porto-alegrense. O trabalho foi desenvolvido mediante uma revisão bibliográfica sobre a assistência à infância no cenário nacional e porto-alegrense, tendo como principais referências Eva Teresinha Faleiros, Vicente de Paula Faleiros, Irene Rizzini, Irma Rizzini, Francisco Pilotti e Jorge Gilberto Krug. Também foi desenvolvida pesquisa histórica com ênfase para a realidade de Porto Alegre, tendo como fontes documentos históricos dos acervos da Biblioteca Nacional Digital (DNG), em especial: o *Jornal do Dia/RS*, o *Diário de Notícias/RS*, o *Jornal O Momento/RS*, o *Jornal dos Bairros/RS*. Foram também coletadas imagens históricas e analisados relatórios das principais instituições de assistência a infância, tais como: Santa Casa de Misericórdia da capital, Sociedade Humanitária Padre Cacique de Barros, Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio e FASE/RS. A história da assistência à infância encontra um divisor de águas importante na década de 1990, com a inauguração da perspectiva de

proteção integral consolidada no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o qual afirma a condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos e o acolhimento institucional enquanto uma medida de proteção, muito distinto das históricas práticas de institucionalização. Em aproximadamente 500 anos de história da assistência à infância e juventude são apenas três décadas dessa conquista, construída a passos lentos e que, portanto, deve ser lembrada e conhecida para ser defendida. Ou seja, é preciso compreender a realidade em suas contradições e lutas sociais, com vistas a garantia desses avanços conquistados na área da infância, os quais recorrentemente são questionados por forças conservadoras. Nessa perspectiva, investigou-se as práticas individuais e filantrópicas, a doutrina penal do menor e a doutrina de situação irregular, abarcando: o sistema colonial de roda dos expostos, início das práticas de institucionalização desses sujeitos; a judicialização da infância pelo Código de Menores (1927) e o Serviço de Atenção ao Menor; a Fundação de Bem-Estar ao Menor e o Segundo Código de Menores (1979), construído sob a ideologia de segurança nacional. Dessa forma, a compreensão da criança e do adolescente como pessoas que possuem direitos e precisam de proteção especial integral devido às peculiaridades desse momento do desenvolvimento humano, datam do período recente, como já referido. Trata-se de uma concepção muito distinta do período em que se iniciou a invasão e colonização das terras nativas, por exemplo, em que a infância pobre era vista como estratégia para a conquista do território e utilizada como mão de obra nas embarcações. Ou até mesmo considerado como um sujeito subalterno na figura “do menor”, perigoso perante a moral e à “ordem” e que precisa ser contido, institucionalizado e “educado”. Constatou-se também importantes reflexos desse passado histórico na configuração da política para a infância, a exemplo das iniciativas filantrópicas e caritativas em detrimento do papel do Estado nas respostas às expressões da questão social, reatualizadas nas parcerizações e arranjos público-privados. Além disso, foi possível compreender importantes elementos que marcam profundamente a história da institucionalização da infância em Porto Alegre, os quais estão aprofundados no estudo.

Referências

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Disponível em:

<https://bdigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 203-222.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. *In*: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-96.

KRUG, J. G. Breve síntese histórica da atenção ao Menor no Rio Grande do Sul. **Febem Estudos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 39-43, 1985.

MACEDO, F. R. de. **Os Menores abandonados e o Padre Cacique de Barros**. Porto Alegre: Carag, 1982.

NETO, A. Q.; CRAIDY, C. M.; KRUG, J. G.; OLIVEIRA, I. P. FEBEM - 10 anos ensaio diagnóstico preliminar descritivo. **Febem Estudos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 45-93, 1985.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SOCIEDADE HUMANITÁRIA PADRE CACIQUE. **Relatório da Sociedade Humanitária Padre Cacique (1942)**: Asylo Santa Theresa, Asilo Mendicidade e Asylo S. Joaquim. Porto Alegre: 1944. Disponível em: http://www.fase.rs.gov.br/wp/wp-content/uploads/2015/06/LIVRO_1942.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019

<p>A DIMENSÃO ÉTICA NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ESPANHA: DADOS PRELIMINARES DE PESQUISA INTERNACIONAL</p>

*Tatiana Reidel
Anderson da Silva Fagundes
Carolina Medina Ribeiro dos Santos
Elisiane Wolf de Fraga*

Este trabalho socializa dados preliminares de pesquisa internacional cuja questão central visa responder: “Como se configura a dimensão ética na formação e no trabalho de assistentes sociais na Espanha?” Objetivamos contribuir para o debate da formação com finalidade de avançar nos estudos sobre aproximações e particularidades entre Espanha e Brasil. Ressaltamos que a ética é a ciência que estuda, discute e reflete sobre a moral alicerçada na perspectiva filosófica, permitindo à humanidade o aprofundamento no campo de análise, indagação crítica sobre seu objeto. Para a categoria, no Brasil, a “[...] ética se diferencia de uma ética abstrata, discursiva, cuja implicação concreta não se mani-